



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2012

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a extensão do salário-maternidade, sob a denominação de salário-paternidade, ao pai na hipótese de óbito da mãe durante o parto; rejeição do filho por parte da mãe; ou nos casos de adoção onde o pai é o único adotante; e, modifica o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de licença-paternidade nesses casos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 71-A.** À segurada ou ao segurado da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade ou salário-paternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.” (NR)

.....

“**Art. 73-A.** O salário-maternidade, sob a denominação de salário-paternidade, será devido ao pai nas seguintes hipóteses:

I - em caso de óbito da segurada durante o parto ou no curso da licença-maternidade;

II - em caso de abandono do recém-nascido por parte da mãe.

III - em caso de incapacidade física ou mental da mãe, temporária ou permanente, atestada por laudo médico.

§ 1º Aplicam-se ao salário-paternidade as mesmas regras contidas no art. 71 a 73 desta Lei.

§ 2º Nos casos de indeterminação de paternidade ou ausência do pai, o salário-maternidade será devido integralmente à pessoa responsável pela guarda do recém-nascido.

§ 3º O benefício do salário-maternidade ou do salário-paternidade, nas hipóteses previstas neste artigo, será pago diretamente pela Previdência Social.”

Art. 2º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 473.**

.....

III - por cinco dias úteis, em caso de nascimento do filho; ou pelo período correspondente, integral ou remanescente, da licença-maternidade, nas hipóteses de:

a) óbito da mãe durante o parto ou no curso da licença-maternidade;

b) em caso de abandono do recém-nascido por parte da mãe;

c) ou em caso de incapacidade física ou mental da mãe, temporária ou permanente, atestada por laudo médico.

.....

§ 1º Na hipótese de adoção de criança onde o pai é o único adotante a licença-paternidade será de:

a) cento e vinte dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade;

b) sessenta dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

§ 2º A licença-paternidade só será remunerada pelo empregador até o quinto dia útil. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição avança no sentido de regulamentar melhor a licença-paternidade, razão pela qual elaboramos uma rápida abordagem histórica.

No ano de 1967, o Decreto Lei nº 229/67 incluiu um inciso no texto do Decreto Lei nº 5.452/43 (que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho), prevendo o direito à licença-paternidade e concedendo ao trabalhador o abono de um dia, uma falta justificada, por motivo de nascimento de um filho, desde que a falta ocorresse dentro do prazo da primeira semana do parto.

A Constituição de 1988, após aprovação da emenda de autoria do então deputado Alcenir Guerra, consignou como direito social do trabalhador a licença-paternidade, deixando a regulamentação desse direito subordinada ao regramento de futura Lei.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 10, § 1º, no afã de dar o mínimo de executividade à norma, estendeu o prazo para cinco dias de gozo, até que o legislador ordinário procedesse à confecção do texto que regulasse a referida licença, consoante determinação precisa do texto principal da Constituição, *verbis*.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;”

E, como já explicitado, regulado precariamente nos termos do disposto no § 1º do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal, *verbis*:

“Art. 10. - Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o Art. 7º, I, da Constituição:

(....)

§ 1º. Até que a lei venha a disciplinar o disposto no Art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.”

A primeira providência é trazer para o texto da CLT a previsão da licença-paternidade pelo período de cinco dias úteis e não cinco dias corridos. Trata-se de um pequeno avanço, mas necessário em face do tempo destinado pelo pai ao cuidado da mãe e do filho recém-nascido e às providências de ordem burocrática, como registro de

nascimento, inclusão do filho em plano de saúde, realização de exames médicos pós-nascimento, requerimento da licença-maternidade da mãe e outros tantos. Cinco dias corridos podem ser insuficientes para tantas providências, já que, se o nascimento for, por exemplo, numa quarta-feira, só restariam dois dias úteis, o que é muito pouco para a execução das referidas ações.

A segunda é estender ao pai o direito ao mesmo período de licença-maternidade atribuído à mãe na hipótese de óbito da genitora ou de sua incapacidade temporária ou permanente, atestada por laudo médico. Nesses casos, o salário do empregado será pago diretamente pela Previdência Social.

Trata-se de uma proteção à criança, sobretudo, e não ao pai, que tem a responsabilidade de cuidar do filho recém-nascido.

A mesma regra vale para o caso em que pai viúvo, solteiro, separado ou sob qualquer outra condição seja o único adotante.

Nesses casos, a licença-paternidade bancada pelo empregador será de cinco dias úteis, e, após esse período, o pai fará jus ao salário-paternidade pago diretamente pela Previdência Social. Nos casos dos demais segurados da Previdência Social, o salário-paternidade absorverá o período de licença-paternidade de cinco dias úteis.

A propósito, deve-se mencionar recente decisão judicial que concedeu o direito a licença-paternidade a empregado, mesmo diante da falta de regulamentação legal, mas com fulcro na equidade e em princípios gerais do Direito, sobretudo a supremacia constitucional do interesse do menor. É de se mencionar que a falta de previsão legal para o benefício resultou na negativa pelo INSS do pedido inicialmente formulado pelo pai, que, então, recorreu à Justiça para o reconhecimento do direito. A presente regulamentação representará, portanto, maior agilidade para outros interessados que busquem a referida garantia, bem como evitará que o Judiciário se depare com uma profusão de novas demandas com idêntico objeto.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposição legislativa, cujo viés social vem ao encontro da evolução por que passa o modelo familiar na sociedade brasileira da atualidade.

Sala das Sessões,

Senador **CYRO MIRANDA**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Subseção VII**Do Salário-Maternidade**

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade. [\(Incluído pela Lei nº 10.421, de 15.4.2002\)](#)

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social. [\(Incluído pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003\)](#)

.....

Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: [\(Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003\)](#)

I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica; [\(Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99\)](#)

II - em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial; [\(Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99\)](#)

III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. [\(Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99\)](#)

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: [\(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. [\(Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na [letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964](#) (Lei do Serviço Militar). [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 757, de 12.8.1969\)](#)

VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14.7.1997\)](#)

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júri. [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27.10.1999\)](#)

IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. [\(Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006\)](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 13/09/2012.